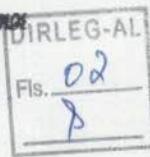


Vicente de Ferreira Pereira Ramos  
Mat. 342



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MENSAGEM Nº 99.

Palmas, 16 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **ANTÔNIO POINCARÉ ANDRADE FILHO**  
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS  
N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa a anexa Medida Provisória nº 30/2022, que prorroga o período de que trata o art. 9º da Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020.

Mediante prorrogação do período de produção de efeitos da norma originária, estendendo-o até 31 de dezembro de 2023, a Propositura cuidou de manter vigentes os propósitos de cumulação de responsabilidades administrativas passíveis de atribuição aos integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins.

À vista das considerações postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente,

**WANDERLEI BARBOSA DE CASTRO**  
Governador do Estado

À Publicação e posteriormente à  
Comissão de Constituição, Justiça  
e Redação.

Em 20/12/2022

Wanderlei Barbosa Castro  
1º Secretário



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTADO DO TOCANTINS	PODER LEGISLATIVO
PROTOCOLO GERAL	
DATA 20/12/22 às 09:45 min.	
Ass. <u>Vicente de Fetter Pereira Ramos</u>	

Vicente de Fetter Pereira Ramos

Mat. 342

DIRLEG-AL
Fls. 03
8

**MEDIDA PROVISÓRIA N° 30, de 16 de dezembro de 2022.**

Prorroga o período de que trata o art. 9º da Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

**Art. 1º** É prorrogado, até 31 de dezembro de 2023, o período de que trata o art. 9º da Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020.

**Art. 2º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 16 dias do mês de dezembro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado